



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1320, DE 2025.

Institui o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe), no âmbito do Ministério dos Esportes, e dá outras providências.

Autor: Deputado Célio Studart

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

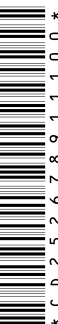
I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que tem como finalidade promover, divulgar e incentivar a prática do Surfe Desportivo e Paradesportivo nas cidades litorâneas, contemplando o público infantil, juvenil, adulto e da terceira idade, com enfoque tanto na modalidade amadora quanto na preparação de atletas para competições de alto rendimento.

O projeto de lei não possui apensos.

A proposição em análise foi distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, à Comissão de Esporte – CESPO, à Comissão de Finanças e Tributação – CFT (art. 54, do RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, do RICD). Compete à CPD apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XXIII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e possui regime de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

tramitação ordinário, de acordo com o artigo 151, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposição tem como finalidade promover, divulgar e incentivar a prática do Surfe Desportivo e Paradesportivo nas cidades litorâneas, contemplando o público infantil, juvenil, adulto e da terceira idade, com enfoque tanto na modalidade amadora quanto na preparação de atletas para competições de alto rendimento.

O surfe é uma modalidade esportiva que chegou ao Brasil na década de 1970 e já conquistou grande destaque internacional, sendo cada vez mais reconhecido e praticado em âmbito nacional e no exterior. Ressalta-se, ainda, que recentemente foi incluído como modalidade olímpica, o que contribuiu para projetar sua relevância no cenário esportivo global¹.

Atualmente, o Brasil conta com diversos atletas de renome mundial, que representam a nação e acumulam títulos importantes, como Rodrigo Koxa e Gabriel Medina, consolidando o país como uma das principais potências do surfe em nível internacional.

Nesse sentido, é de conhecimento que o incentivo à prática esportiva, desde a formação de base até o alto rendimento, contribui para o fortalecimento da identidade esportiva nacional, para a promoção de hábitos de vida saudáveis e para a garantia de uma vida mais digna. A proposta, portanto, é de grande relevância social e esportiva, sobretudo por promover a inclusão, assegurando a participação de pessoas com deficiência e de pessoas idosas em atividades esportivas.

Destaca-se, também, que o Brasil possui uma das maiores faixas litorâneas do mundo, com praias de reconhecida qualidade para a prática do surfe, o que lhe confere posição privilegiada. Esse potencial natural, aliado à versatilidade do esporte, favorece

¹ <https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/reservas-de-surfe#:~:text=O%20surf%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20s%C3%B3,polui%C3%A7%C3%A3o%20ou%20pelas%20altera%C3%A7%C3%B5es%20clim%C3%A1ticas.>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

também o turismo e, em consequência, o desenvolvimento econômico, ao fomentar a cadeia produtiva ligada ao surfe, beneficiando o comércio e os serviços das cidades costeiras.

Cumprе salientar ainda, o caráter intersetorial da proposta, que articula esporte, saúde, educação e assistência social, garantindo maior efetividade às políticas públicas. Do ponto de vista jurídico, a proposição harmoniza-se plenamente com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade de oportunidades. Além disso, contribui para a concretização dos direitos ao lazer, à cultura e ao esporte, também direitos constitucionais.

A proposição soma-se a iniciativas já em curso no âmbito do Ministério do Esporte, como o Programa Maré Inclusiva², conferindo institucionalidade e continuidade às políticas públicas voltadas ao surfe e ao parasurfe, o que minorará o possível impacto orçamentário, na medida em que se trata de instrumento complementar e articulado aos canais já existentes.

Do ponto de vista social, o incentivo ao surfe tem também caráter preventivo, contribuindo para a redução de vulnerabilidades associadas ao uso de drogas, violência e evasão escolar, ao mesmo tempo em que promove a socialização e a integração comunitária de crianças e jovens.

No campo econômico, o projeto conecta-se diretamente à chamada “economia azul”, relacionada ao uso sustentável dos recursos do mar, potencial estratégico para o Brasil, em especial nas cidades litorâneas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que poderão encontrar no esporte uma oportunidade concreta de desenvolvimento local e geração de emprego e renda.

Outro ponto relevante é o incentivo à pesquisa e à inovação, com a possibilidade de parcerias entre universidades, centros de estudo e associações esportivas, fomentando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas, metodologias inclusivas e políticas públicas baseadas em evidências.

Por fim, embora a análise orçamentária não seja de competência desta Comissão, é oportuno registrar que os recursos destinados à implementação do

² <https://agenciagov.abc.com.br/noticias/202409/programa-do-ministerio-do-esporte-promove-inclusao-e-acessibilidade-nas-praias-brasileiras>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

programa terão alto retorno social, com efeitos positivos sobre a saúde, a assistência e a qualidade de vida da população.

Entende-se, portanto, que o projeto contribui para a construção de uma política pública ampla, inclusiva e inovadora, voltada ao desenvolvimento esportivo e social do país e merece ser aprovada em sua íntegra. Contudo, apenas para fins de aperfeiçoamento do texto, apresentaremos substitutivo sem alterar o escopo principal da proposição.

Com base em todo o exposto, levando em consideração as competências desta Comissão sobre o mérito, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1320, de 2025, na forma do substitutivo.

Sala das Comissões, em de setembro de 2025.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1320, DE 2025.

Apresentação: 05/09/2025 12:30:46.120 - CPD
PRL 2 CPD => PL 1320/2025

PRL n.2

Institui o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe), no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, conforme regulamento, o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe), com a finalidade de promover, divulgar e incentivar a prática do surfe nas cidades litorâneas.

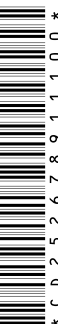
Parágrafo Único. O Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (PróSurfe), objeto desta Lei, terá por foco promover, divulgar e incentivar a prática do surfe nas cidades litorâneas, abrangendo o público infantil, infanto-juvenil, adulto e terceira idade, para a preparação de futuros atletas e da prática amadora.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Atividade de surfe: prática desportiva do surfe efetuada na superfície da água sobre uma prancha;

II - Atividade de parasurf: prática paradesportiva do surfe que é adaptada para permitir que a pessoa com deficiência pratique a modalidade em todas as suas categorias, modalidades e manifestações.

Art. 3º São diretrizes do Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (PróSurfe):





CÂMARA DOS DEPUTADOS

I – disponibilizar serviços de assistência regular e contínua na prática desportiva e paradesportiva, por meio da oferta de cursos regulares, voltados ao público infantil, infanto-juvenil, adulto e terceira idade;

II – preparar atletas para competições de nível local, regional, nacional e internacional;

III – fomentar e difundir a prática regular do surfe e parasurf, inclusive ao público amador;

IV – estabelecer atuação intersetorial quando necessário;

V – fortalecer a articulação entre Saúde e Educação, orientando profissionais de educação, tanto no âmbito escolar quanto comunitário, de modo a garantir suporte e inclusão do público objeto deste Programa;

VI – promover a articulação com outros órgãos e políticas públicas, a fim de:

a) informar as famílias sobre direitos, garantias e benefícios legais disponíveis;

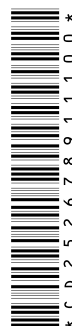
b) assegurar o acesso e a inclusão aos serviços públicos existentes, estimulando e facilitando a interlocução com programas de assistência social, previdência e outras modalidades de apoio;

c) disponibilizar, na forma da lei, documentos e relatórios necessários para a obtenção de benefícios e demais encaminhamentos.

VII – fomentar a rede econômica, comercial e profissional envolvida na prática do surfe e parasurf;

VIII – promover centros de treinamento e estudo sobre a modalidade, estimulando a capacitação física e intelectual;

IX – promover a integração local, regional, nacional e internacional entre os praticantes do surfe e parasurf, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, inclusive promovendo a inclusão dos não-praticantes e amadores;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

X – constituir grupo de trabalho de modo a diagnosticar as estratégias e formas mais eficazes de atuar na promoção e incentivo da modalidade;

XI – constituir grupos de trabalho para obtenção de apoio e financiamento esportivo, bem como para a aquisição regular de materiais desportivos e paradesportivos;

XII – instituir parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, no sentido de estabelecer parcerias comuns aos objetivos estabelecidos neste Programa;

XIII – promover a inclusão social.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará, coordenará e supervisionará o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe).

Art. 5º O regulamento deverá dispor sobre:

I – recursos técnicos, materiais e humanos necessários;

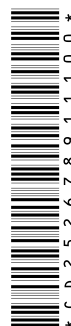
II – promoção de parcerias, visando à formação e capacitação permanente dos profissionais envolvidos;

III – indicadores e instrumentos de avaliação contínua, de modo a permitir ajustes e aperfeiçoamentos na execução das ações previstas nesta Lei;

IV – transparência por meio de publicidade anual, em linguagem acessível, de relatórios e estatísticas a respeito do público atendido, esclarecendo as ações que concretamente foram desenvolvidas e seu impacto social;

V – avaliação, periodicamente, a implementação do programa a que se refere esta Lei, estabelecendo metas para a sua universalização no âmbito do Poder Executivo;

VI – promoção de articulação do Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe) com a Lei de Incentivo ao Esporte, de forma a propiciar inclusão e acessibilidade nas praias brasileiras;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

VII – garantia da efetiva e contínua inclusão da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, bem como a sua participação em todas as atividades previstas neste Programa;

Art. 6º O Programa instituído por esta Lei poderá ser financiado por emendas parlamentares, incentivos estatais, parcerias público-privadas, bem como convênios, não sendo vedadas outras fontes igualmente previstas em lei;

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de setembro de 2025.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator

